

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.724 - SP  
(2019/0089253-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**EMBARGANTE** : **FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS**  
**ADVOGADOS** : **MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA - DF013418**  
CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO E OUTRO(S) - SP169709  
GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894  
LARISSA CRISTINE DE MENEZES MOTTA - DF052895  
**EMBARGADO** : **ROSELICE MARIA DE ALMEIDA RIBEIRO**  
**ADVOGADO** : **WANDERLEY DE OLIVEIRA TEDESCHI E OUTRO(S) - SP110248**  
**INTERES.** : **ULTRAFERTIL S/A**  
**ADVOGADOS** : **FÁBIO TADEU DE LIMA - SP200609**  
BRUNO GALIOTTO E OUTRO(S) - SP172688  
NELSON MANNRICH - SP036199

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. JULGADO EMBARGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.

2. No caso dos autos, nota-se que não ocorre nenhuma das hipóteses previstas no artigo 1.022, e seus incisos, do novo CPC, pois o acórdão embargado apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão no sentido de que o recurso não poderia ser conhecido por falta de impugnação dos fundamentos da decisão então recorrida.

3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração,

# *Superior Tribunal de Justiça*

nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator